



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13962 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

**REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA NO ALTO SOLIMÕES**

Jarliane da Silva Ferreira - Fundação Universidade do Amazonas - PPGE da UFAM

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEAM

## **REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA NO ALTO SOLIMÕES**

### **RESUMO**

A intencionalidade deste artigo é socializar os resultados da pesquisa realizada com estudantes e professores da EJA, demonstrando, a partir de suas vozes, que as visões e intencionalidades político-educacionais são contrárias ao que tange as legislações neoliberais pautadas na Resolução n. 01 de 2021 e na BNCC. A pesquisa faz parte de um projeto mais amplo designado “Educação de Jovens e Adultos com povos do campo, das águas e da floresta: políticas, práticas e territorialidades”, desenvolvido com recurso do Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM). Foi realizada com base em metodologias participantes, fundamentada na abordagem qualitativa, com uso de entrevistas e produção de desenhos por seus sujeitos. A pesquisa apontou, a partir das narrativas dos estudantes e professores, que os princípios trazidos por eles e elas estão longe das legislações vigentes, principalmente as que tangem a BNCC e a atual Resolução das Diretrizes Nacionais para a EJA (Resolução n. 01 de 2021). Trouxe ainda uma série de desafios quando se considera o alcance das metas do atual PNE relacionadas à esta modalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo na EJA, formação, legislações, metodologias participativas.

### **1. INTRODUÇÃO**

Os desafios a serem vivenciados hoje no campo educacional são intensos no país. Um cenário marcado pela retirada de direitos, implementação de normativas com ênfase e grandes investimentos na educação à distância, aprovação de normativas, tais como a Reforma do

Ensino Novo Médio, a EJA com Diretrizes Nacionais atrelada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC<sup>[1]</sup>).

É no contexto da pandemia que a Resolução CNE/CEB, n. 01 de 2021 foi aprovada, deixando de fora as oportunidades de debate e diálogos acerca de um processo que exige ouvir as diferentes demandas. Contrariando o contexto em que as Diretrizes nacionais aprovada em 2000 estabeleceu. “A lei explicitava a necessidade de perceber a EJA a partir de suas especificidades e das demandas feitas em consultas públicas” (ALMEIDA, ARAÚJO e FIUZA, 2022, p. 4).

Almeida, Araújo e Fiuza (2022), consideram uma preocupação com o caráter uniformizador da BNCC e que reflete nas políticas educacionais de todo país, quando considera na nova legislação uma política de educação baseada em eixos tratados e compreendidos de forma isolados, principalmente com ênfase na educação à distância e profissional, e retirando da educação permanente seu significado mais amplo.

Percebe-se uma tendência na oferta da EJA pautada na *descolarização* chamada por Nicodemos (2019, *apud*, NICODEMOS E CASSAB, 2022). O que isso significa? Para as autoras esse movimento na contramão das políticas contra hegemônicas deixam nas mãos de *conglomerados financistas* os rumos da educação escolar atrelada à ênfase na oferta pautada na educação não presencial e por certificação. A Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, prescreve, em seu 5º parágrafo, que é admissível destinar na EJA até oitenta por cento de sua carga horária total de forma à distância (BRASIL, 2018).

Essas atuais políticas educacionais estão na contramão da EJA que os sujeitos, estudantes e professores, que estão no chão da escola, querem e anseiam. Este artigo objetiva socializar os resultados da pesquisa realizada com estudantes e professores da EJA, demonstrando, a partir das vozes dos professores e estudantes, que suas visões e intencionalidades político-educacionais são contrárias ao que tange as legislações ultraneoliberais implementadas no contexto atual.

## 2. METODOLOGIA

Este artigo traz os resultados da pesquisa do projeto Painter Fapeam: Educação de Jovens e Adultos com povos do campo, das águas e da floresta: políticas, práticas e territorialidades, desenvolvida em 2022. Para esta etapa foi primordial a aplicação de técnicas pautadas em metodologias participativas, com realização de trabalhos de campo, com embasamento na pesquisa qualitativa (STAKE, 2011), com foco na coleta de mapas mentais, produzidos pelos sujeitos da pesquisa: estudantes e professores da EJA. Esta rica vivência promove a troca de saberes e experiências, pela participação sistemática dos sujeitos

envolvidos.

A metodologia participativa já vivenciada pelo grupo de pesquisadores interdisciplinares que fazem parte do Observatório da Educação do Campo no Alto Solimões-OBECAS, busca considerar as diferentes vozes dos sujeitos e que, geralmente, são oprimidas. A equipe de pesquisadores é constituída por profissionais e acadêmicos de diferentes áreas (Pedagogia e Antropologia), numa perspectiva e vivência interdisciplinar e interinstitucional que o trabalho exige.

Inicialmente foi fundamental a imersão em documentos tais como o Plano Nacional de Educação (2014-2024), Diretrizes da EJA (2000, 2021), anuários com dados da EJA, a fim de acessar as legislações, dados atuais e as atuais políticas públicas que embasam a modalidade.

Fomos até as salas de aula da EJA. Com explicação e autorização prévia de nossa intervenção em suas aulas. As turmas nos receberam muito bem e com bastante alegria. Os estudantes ficaram a vontade para falar suas opiniões sobre a EJA que eles e elas desejam. Assim utilizamos a partir de suas autorizações, o celular como gravador de voz e para registro do momento para fins da produção desse material.

### 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Educação de Jovens e Adultos, considerada uma modalidade de ensino, é oferecida àquelas pessoas que não tiveram oportunidade de ingressar no sistema educacional em idade própria (art. 208, inciso I, da CF, 1988; art. 37 da LDBEN, 1996). O não acesso à educação formal encontra força nas práticas de exclusão que o sistema escolar brasileiro consolidou historicamente, tornando o direito à educação como *dívida social* e pedagógica com as pessoas que não puderam usufruir de seus direitos sociais, conquistados constitucionalmente.

Na educação de adultos há menos recurso, principalmente no quadro atual em que pese o corte de mais de 400 milhões de reais entre os anos de 2016 a 2021. A falta política de formação específica de seus professores, implicam na qualidade dos serviços oferecidos, pois é comum a atuação de professores com pouca qualificação, em muitos casos, inexperientes, desmotivados, e, tendo que se desdobrar para criar estratégias para o público jovem, adulto e idoso, pois os livros didáticos e os materiais geralmente são embasados na alfabetização infante-juvenil.

A pesquisa realizada mostrou que os estudantes da EJA são pessoas com faixa etária entre 16 a 60 anos, que desempenham diferentes funções na sociedade. Esses são pescadores, costureiras, agricultores, domésticas, funcionários públicos, autônomos, mães casadas, solteiras, do lar, jovens desempregados, enfim cidadãos que buscam o acesso ao sistema

formal de ensino por diversas razões, pois “a alfabetização é considerada um dos pilares da cultura contemporânea, pelo valor que a escrita e a leitura adquiriram no modo de vida das sociedades urbano-industriais permeadas pela ciência e tecnologia” (GALVAO; DI PIERRO, 2007, p. 13).

Por se tratar de uma região de fronteira e demarcada por terras indígenas, as turmas da EJA, localizadas em Benjamin Constant- Alto Solimões/AM possui características diferenciadas de outras localidades do país. É constituído por moradores indígenas, não-indígenas, nordestinos- que migraram para região na época do período área da borracha, peruanos, devido a fronteira entre Brasil e Peru. Logo, as turmas da EJA são marcadas pela sociodiversidade presente na região. Dos 40 estudantes entrevistados, 9 se declararam indígenas, e um afirmou ser peruano.

E qual a Educação de Jovens e Adultos que os próprios sujeitos desejam? Esta foi a pergunta feita em uma das rodas de conversa com uma professora e seus estudantes, em uma turma do sexto e sétimo ano do ensino fundamental a fim de conhecer, a partir de suas narrativas, a EJA que eles e elas desejam e sonham, contribuem mais ainda para se pensar no currículo e projetos pedagógicos próprios para a modalidade em atenção àquilo que os seus próprios sujeitos apontam.

Todos os estudantes abordaram sobre a necessidade de acessar a biblioteca da escola, já que a noite há essa problemática, em que os serviços de biblioteca, quadra esportiva, laboratórios não funcionam. Essa concepção muito atrelada a EJA como uma política pública menor, sempre com uma visão de inferioridade que atravessa historicamente os rumos da EJA no país.

Um estudante afirma: “*A EJA que nós queremos, no meu ponto de vista, precisamos de computador para pesquisar, a internet que temos não funciona, não nos ajuda, precisamos também de uma biblioteca para gente ter conhecimentos atuais*” (relato de um estudante da EJA, pesquisa de campo, 2022).

Uma rica indicação para a construção de um currículo para a EJA ficou evidenciado na fala de um dos estudantes acerca da vontade de poderem escolher temas diversos para serem tratados na EJA, conforme fala do estudante:

*Seria bom ter uma biblioteca bem ampla, que contenha livros atuais porque não adianta ter livros antigos, que não atribuem em nada, computadores, auxiliares para nos ajudar com os livros que estamos procurando, mesas, que seja de horário livre e um ambiente confortável pra gente ler sem barulho, [...] (relato de um estudante da EJA, pesquisa de campo, 2022).*

Nessa direção Haddad (2007) contribui afirmando sobre a flexibilidade nos horários de entrada e saída, pensar em novas formas de frequência, campos de interesse, apontando

para uma forma de conceber a escola e o seu currículo, superando modelos tradicionais.

Outro destaque foi a fala de um estudante que se preocupou com as razões do número reduzido de estudantes que vão às aulas todas as noites.

*O EJA que queremos é relacionado a sala de aula, o EJA que temos hoje temos poucos alunos e não sabemos por qual motivo, temos bastante matrículas e os alunos não comparecem, não sei se é por falta de incentivo, então queremos saber da direção por quê. Pois, queremos a sala cheia, eu acho que é por causa do trabalho, eu por exemplo to vindo hoje, por causa eu tava pensando em desistir porque eu trabalho de noite, eu acho que vou desistir mas eu quero terminar o ensino médio.* (relato de um estudante da EJA, pesquisa de campo, 2022).

Acompanhando a fala do estudante é possível entender que ninguém se sente motivado observando seu grupo diminuir a cada dia nas aulas. Esse evento desmotiva em rede, tanto os estudantes, como os professores. Por outro lado, fora da escola e, estranhamente muitos até dentro dela, permanecem índices de pessoas não alfabetizadas, em analfabetismo funcional e com média de escolaridade da população de 15 anos ou mais preocupantes.

Sentimos que ainda faltam maiores mobilizações, chamadas públicas e principalmente diagnósticos, a fim de saber a real demanda dos municípios em relação ao alcance das metas 8 e 9 do PNE. Ainda é insipiente e muito tímida as ações que considerem as estratégias apontadas no PNE, só para exemplificar, referente à estratégia 8.6 “promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude”, bem como a estratégia 9.2 que estabelece “realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos”.

Uma professora aborda também sobre a importância de se ter na EJA materiais didáticos diferenciados. *“Temos poucos materiais específicos da área, [...] tem que ser um material diferenciado. O que falta hoje na escola é o material didático específico da EJA* (relato de uma professora da EJA, pesquisa de campo, 2022).

Por último mostrou também a possibilidade de oferta de ensino de educação profissional na EJA no ensino fundamental e médio, como uma demanda própria dos sujeitos alunos da EJA. Uma articulação entre educação geral e profissional seria necessária, uma vez que muitos alunos da EJA já estão inseridos no mercado de trabalho e esse tem sido um dos fatores fortes de retorno escolar e busca pela modalidade (PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os alunos da EJA são uma diversidade de sonhos e desejos. O maior de todos os seus sonhos é ao mesmo tempo o desejo, desejo de aprender. A aprendizagem para homens e

mulheres tem seu maior significado na conquista por visibilidade social. Na sua maioria são pessoas que não possuem vozes diante de suas condições sociais.

Ao gerar a possibilidade de discussões e estudos mais aprofundados e referenciados sobre o tema Educação de Jovens e Adultos a partir desta pesquisa, foi possível trazer, por meio dos sujeitos, uma visão menos periférica, em certo sentido, a desmistificação desta modalidade de ensino.

Por fim, percebeu-se ainda muitas ausências de ações voltadas para o atendimento das metas do PNE atual. Um certo *silenciamento* da EJA, seja nas legislações, como em sua oferta. Os entes federados precisam cumprir o seu papel na condução e efetivação das políticas públicas já garantidas e aprovadas legalmente no país. Assim como as universidades precisam estar mais atentas e sensíveis no sentido do desenvolvimento de pesquisas, extensão e ensino na graduação e pós-graduação que considere a modalidade da EJA.

## Referências

ALMEIDA, A.; ARAÚJO, N. S.; P. M, FIUZA. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos: destituição de direitos e aprendizagem ao longo da vida.** Revista Cocar, Edição Especial, N. 11, 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN. Lei n. 9394/1996.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2018.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1 de 20 de maio de 2021. DOU – Diário Oficial da União publicado em 01/06/2021 Ed. 102 Sec.1 p. 108 MEC/ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica.

GALVÃO, A. M. O.; DI PIERRO, M. C. **Preconceito contra o analfabeto.** São Paulo: Cortez, 2007.

HADDAD, S. **A ação de governos locais na educação de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação. V. 12, n. 35, mai-ago, 2007.

NICODEMOS, A.; CASSAB, M. **A Educação de Jovens e Adultos no tempo presente: entre silenciamentos, invisibilidade, retrocessos e resistências.** Revista Cocar, Edição

Especial, N. 11, 2022.

PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, nov., 2001.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: entendendo como as coisas funcionam**. Tradução Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 148-199.

---

[1] Aprovada em 2017 é um documento que normatiza a estrutura curricular da Educação Básica no país. A EJA sequer foi tratada neste documento, o que nos leva a considerar o grande lapso da EJA na atual política educacional brasileira.